



# O “SONHO GRANDE” DE LEMANN E O DESPRESTÍGIO DA UNIVERSIDADE E CIÊNCIA BRASILEIRAS

BRUNA WERNECK CANABRAVA \*, CARLOS SÁVIO G. TEIXEIRA \*\*

**Resumo:** O artigo analisa os efeitos da influência de agentes do terceiro setor ligados a empresas globais no desenho e implementação de políticas para a educação no Brasil, tomando como objeto principal o efeito colateral do desprestígio da universidade pública brasileira. Para atingir esse objetivo, focamos na atuação do investidor Jorge Paulo Lemann, principalmente através da análise dos primeiros 15 anos de atuação da Fundação Lemann, investigando a visão dela sobre a universidade e o conhecimento científico legítimo para ser mobilizado na reforma da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Universidade. Lemann. Colonialismo mental.

## LEMANN’S “GREAT DREAM” AND THE UNDERMINING OF BRAZILIAN UNIVERSITIES AND SCIENCE

**Abstract:** This article analyses the influence of third sector agents connected to global companies in the design and implementation of educational policies in Brazil, taking as the main object of study the resulting effect of undermining the role of Brazilian public universities. To achieve our goal, we focused on the actions of Jorge Paulo Lemann, especially through the first 15 years of Lemann Foundation, investigating its use of university and scientific knowledge to be to legitimize reforms in Brazilian education.

**Keywords:** Universities. Lemann. Mental colonialism.

\* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: werneckb@gmail.com.

\*\* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: carlos.savio.teixeira@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes temas a que se dedicaram as ciências sociais é a formação nacional, tanto na história moderna como na contemporânea. Em muitas de suas análises um dos tópicos centrais sempre foi a discussão sobre os mecanismos institucionais para se alcançar a autonomia, sempre compreendida como meio indispensável ao pleno desenvolvimento. O papel da educação tem ocupado lugar de destaque nestas análises, na qual a capacitação científica é percebida como um dos eixos para se conseguir a soberania nacional. E sob esta perspectiva a universidade cumpriu função difícil de ser exagerada.

Para países que experimentaram a lógica colonial e iniciaram o processo de desenvolvimento nacional retardatariamente, uma série de outras questões se somou aos desafios já conhecidos

pelas nações metropolitanas. Um desses guarda relação com um problema grave, porém muitas vezes quase imperceptível: a influência forte do colonialismo mental. Na dialética entre os centros tomados como referência e a periferia em busca de afirmação, o colonialismo mental tem sido uma chaga intelectual. Este é o caso da realidade brasileira (UNGER, 2018).

O Brasil é um caso raro na história contemporânea em que o crescimento econômico vertiginoso, que nos colocou na oitava colocação no ranking dos maiores PIBs entre os países atualmente, não se fez acompanhar de contrapartida educacional e científica – nem militar. O contraste entre o nosso desenvolvimento econômico ao longo do século XX e o subdesenvolvimento educacional e estratégico é flagrante e deveria ser questão de proa para a inteligência brasileira. A participação brasileira na produção científica mundial é pífia e os resultados obtidos por nossos alunos em testes educacionais internacionais é motivo de vergonha para muitos em nossa elite tecnocrática.

Nos últimos anos a preocupação com estes problemas vem recebendo atenção da parte consciente do país. Não se conseguiu, porém, ainda passar de diagnósticos e de boas intenções a resultados satisfatórios, embora algumas melhoras tópicos tenham sido alcançadas. O relativo consenso em relação a alguns temas, construído por uma elite reformadora de nossa educação formada por acadêmicos, tecnocratas, políticos e representantes do terceiro setor como a Fundação Lemann, não logrou fomentar visão abrangente capaz de permitir ao Estado brasileiro liderar um projeto de transformação estrutural na educacional nacional.

O objetivo deste artigo é oferecer uma análise de como a influência de um agente do terceiro setor ligado a empresas globais no desenho e implementação de políticas para a educação básica tem produzido como efeito colateral o desprestígio da universidade pública brasileira. Para atingir esse objetivo, focamos na análise da atuação do investidor Jorge Paulo Lemann, que declara publicamente ter o “grande sonho” de transformar a educação no Brasil. Além desta introdução, o artigo apresenta o modo de conceber e operar da Fundação Lemann, seguido das considerações finais.

## **LEMANN E A EDUCAÇÃO**

De acordo com a revista americana Forbes, em 2019, Jorge Paulo Lemann é o segundo homem mais rico do Brasil e o 35º mais rico do mundo (FORBES, 2019). Classificado como investidor e filantropo, Lemann começou sua carreira no mercado financeiro, fundou o banco de investimentos Garantia e, mais tarde, junto com os sócios Marcel Telles e Beto Sicupira, passou a investir em empresas cada vez maiores. Hoje, o trio controla a AB InBev, principal empresa do ramo cervejeiro do mundo, e marcas clássicas, conhecidas mundialmente, como a Burger King e a Heinz. “Sonhar grande dá o mesmo trabalho que sonhar pequeno” é o seu mote, que inspirou o título da biografia “Sonho Grande”, escrita pela jornalista de negócios Cristiane Correa, na qual a autora relata a trajetória dos três sócios (CORREA, 2013). Hoje, o bilionário diz que seu próximo “sonho grande” é transformar o Brasil através da educação. Tal sonho está articulado em quatro iniciativas: Fundação Estudar, Fundação Lemann, Gera Venture Capital e uma rede de universidades parceiras ao redor do mundo.

Das quatro iniciativas, a mais recente é o Gera Venture Capital. Ele destoa das demais por ser um fundo de investimentos e, portanto, suas atividades visam lucro: investem em escolas e redes escolares de ensino básico; em cursos livres e atividades de contraturno, como cursos de inglês e de tecnologia; e em empresas que desenvolvem produtos educacionais, principalmente aqueles que se utilizam das novas tecnologias digitais, facilmente escaláveis. Sendo assim, embora explicito o interesse na manutenção de um sistema duplo de redes pública e privada na educação básica, é a iniciativa mais distante do debate sobre universidade e ciência brasileiras. Já as outras três, de uma forma ou de outra, todas contribuem para o que estamos chamando de desprestígio da universidade brasileira. Analisaremos cada uma delas a seguir.

A Fundação Estudar é a mais antiga das organizações Lemann voltadas para educação. Criada em 1991, exclusivamente para conceder bolsas de estudos para brasileiros estudarem fora, hoje seu escopo de atuação está bastante ampliado. Segundo o site institucional, ela tem dois eixos principais de atuação – voltados para jovens individuais ou empresas – ambos com o objetivo de encontrar e desenvolver “talentos” ou “lideranças”:

### PARA VOCÊ

A Fundação Estudar contribui para a formação das futuras lideranças transformadoras do Brasil por meio do estímulo à experiência acadêmica de excelência e do apoio ao desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

### PARA SUA EMPRESA

A Fundação Estudar tem o objetivo de apoiar a sua empresa na conexão e atração de jovens talentos por meio de ações de *employer branding* e desenvolvimento. (FUNDAÇÃO ESTUDAR).

Os serviços oferecidos a estudantes individuais são organizados em três grandes grupos: Líderes Estudar, Estudar Fora e Na Prática. Líderes Estudar é o programa que desempenha a função original da Fundação: outorgar bolsas de graduação e pós-graduação. Estudar Fora é um portal de informações, dicas práticas e cursos preparatórios para estudantes desejosos de estudar fora do país, em diferentes níveis: intercâmbio, graduação completa ou pós-graduação. Já o Na Prática visa auxiliar o jovem a se inserir no mercado de trabalho ou empreender. Ele faz isso através da publicação de conteúdo relevante, oferta de cursos – online e presenciais – e anúncio de vagas de estágio e emprego. Essas ofertas são todas legítimas e interessantes para os jovens individualmente e a atuação da Fundação pode ser lida como complementar a da educação formal, apenas difundindo informação e facilitando o acesso a oportunidades de educação ou trabalho. No entanto, quando analisadas em conjunto, o que elas fazem é apontar caminhos de futuro que passam ao largo da universidade pública brasileira. Apesar de haver, sim, a possibilidade de bolsa para graduação completa no Brasil, não há qualquer espaço dedicado ao Enem ou difusão de informação sobre cursos de excelência nas universidades brasileiras. Além disso, a Fundação passa a ser o elo entre jovens bem formados e as empresas, que tradicionalmente divulgavam suas oportunidades de estágio e programas de trainee através das faculdades.

Em outra frente de atuação, a Fundação Lemann é a principal interface com o poder público. Ela tem como missão declarada:

Colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que *garantam a aprendizagem* de todos os alunos e formar líderes que *resolvam os problemas sociais* do país, levando o Brasil a um *salto de desenvolvimento* com equidade. (FUNDAÇÃO LEMANN, grifo nosso).

Chama atenção a ambição desta missão dado que garantir a educação de todos os jovens, resolver os problemas sociais e desenvolver o país são, de acordo com a Constituição Federal, atribuições do Estado Democrático:

### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para *instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos* de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Analisaremos, então, o processo de seleção ou formação das pessoas, instituições e líderes a quem a Fundação Lemann atribui a função de desenvolver iniciativas de grande impacto na educação, resolver problemas sociais e levar o país a um salto de desenvolvimento. Utilizamos como fontes os relatórios anuais da Fundação, disponíveis em seu site institucional.

Para atingir os objetivos estabelecidos em sua missão, desde os primeiros anos de atuação, a Fundação sempre investiu em programas de formação para professores e gestores escolares. O primeiro deles, ainda em 2004, foi o curso Gestão para o Sucesso Escolar, desenvolvido em parceria com o Instituto Protagonistes e oferecido, na modalidade à distância com alguns encontros presenciais, para diretores de 160 escolas municipais de São Paulo e 40 estaduais de Santa Catarina, em sua primeira edição.

A efetividade do curso para diretores de escola foi medida através de avaliações de aprendizagem dos alunos, antes e depois do curso. Não tivemos acesso à metodologia dessas avaliações ou informações mais específicas sobre como a avaliação diagnóstica foi utilizada para orientar as atividades de formação dos diretores ou como o curso influenciou de volta os resultados dos alunos. Há um enorme debate sobre avaliação no campo da educação e não há qualquer ponderação no sentido de apontar limitações no instrumento utilizado. Pelo contrário, as aferições são tomadas como verdades absolutas para premiar aqueles que se saem melhor nelas:

Dez por cento das escolas participantes que obtiveram os melhores resultados foram premiadas: o diretor com uma viagem técnica ao Instituto de Planejamento da Educação da Unesco em Buenos Aires (Argentina) e a escola com uma verba de U\$ 3 mil para investir em projetos de melhoria da aprendizagem. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2004).

Após a conclusão do curso, foi criada uma rede permanente para troca de experiências entre os participantes. Essa é uma fórmula que vemos ser repetida ao longo dos anos: a retenção do investimento através da construção e manutenção das redes de profissionais, que, por sua vez, difundem como consensos as ideias norteadoras dos cursos de formação.

No mesmo ano, houve uma segunda iniciativa que visava formar profissionais para a gestão escolar, em maior escala: a ementa de um curso de especialização a ser oferecido por instituições de ensino superior.

#### Curso de Especialização para Formação em Gestão Escolar (FGE)

A proposta de ementa foi elaborada pela Educare Educação e Desenvolvimento Social, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Maria Inês Fini – ex-diretora do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) – e utiliza a técnica de estudos de caso como dinâmica de aula.

As primeiras turmas a adotar o currículo proposto serão patrocinadas pelo Instituto Gestão Educacional, que produzirá um manual de utilização a ser distribuído para outras instituições de ensino superior. Em 2004, a Fundação Lemann investiu U\$ 40.000 na primeira etapa deste projeto. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2004).

Novamente observamos que a concepção do curso é feita por uma entidade privada, sem nenhuma ligação aparente com as universidades públicas, que produzem a maior parte da pesquisa sobre educação no Brasil. Por trás do discurso técnico de gestão, nota-se também o viés ideológico que orienta esses programas. Tanto Rose Neubauer, presidente do Instituto Protagonistes, quanto Maria Inês Fini, ocuparam cargos altos em governos do PSDB – a primeira foi secretária de educação no governo Mário Covas, em São Paulo, e a segunda, diretora do INEP, no governo Fernando Henrique Cardoso. Através do relatório anual de 2005,

ficamos sabendo que o curso de especialização foi adotado e oferecido pela Universidade de Fortaleza (Unifor) e pela Faculdade Sete de Setembro (Fa7), ambas instituições privadas.

A partir de 2005, a Fundação Lemann começa um esforço de dar maior visibilidade a suas ações. Por um lado, passa a financiar pesquisas de estudos de caso sobre seus programas. Começa por dois estudos sobre o programa GSE, novamente em parceria com instituições particulares: Ibmec e FGV/EAESP, investindo um total de US\$76.000. Por outro, cria o Prêmio IGE de Jornalismo, que serve de atrativo para estabelecer uma rede de jornalistas para pautas educacionais, que posteriormente veio a se constituir como a Associação de Jornalistas de Educação – Jeduca. Hoje em dia, o logo da Fundação é o primeiro na lista de mantenedores da Jeduca e o site institucional da Fundação Lemann tem uma seção inteiramente dedicada à associação. Através dessa instituição, que é vista como uma organização classista independente, Lemann passa a ter, então, um canal direto com a mídia para difundir suas ideias sobre educação e dar visibilidade às suas lideranças.

O ano de 2006 ficou marcado pela organização de eventos:

Em 2006, foram dois seminários. Em agosto, em parceria com o Ibmec São Paulo e o Instituto Futuro Brasil (IFB), o seminário “Quais as Políticas Educacionais que Realmente Funcionam?” contou com a presença dos acadêmicos Alan Krueger, José Alexandre Scheinkman, Samuel Pessoa e Naercio Aquino de Menezes Filho. A discussão abrangeu desde o retorno do investimento em educação, passando por diferentes formas de mensurar os resultados, até a importância do ensino superior para o desenvolvimento econômico.

Em dezembro, em parceria com o Ibmec São Paulo e o Grupo Gerdau, o Prof. James Austin, criador da cadeira de empreendedorismo social na Harvard University, abordou a questão da gestão socialmente responsável. As ideias do professor foram debatidas por Claudio Haddad e Claudio de Moura Castro, especialistas em educação. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2006).

Em junho, na Bahia, ocorre a “Conferência Ações de Responsabilidade Social em Educação”, um marco que ultrapassa os limites nacionais e propõe que os atores ali presentes – “cerca de 250 representantes de 14 países latino-americanos, ministros da Educação, líderes empresariais, jornalistas, pesquisadores e especialistas brasileiros e estrangeiros” – passem a intervir – “colaborar mais ativamente” – na solução dos problemas na educação na América Latina. Para alinhar as discussões, foram distribuídos 3 livros a cada um dos participantes: “o relatório de 2006 do Preal, ‘Quantidade sem Qualidade’, mostrando a evolução de indicadores de educação na região; o livro ‘No Child Left Behind?’, de Paul E. Peterson e Martin R. West, sobre políticas e práticas de prestação de contas na escola; e o resumo das principais ações de responsabilidades sociais corporativas na região”. E para consolidar as discussões, foi editado o livro “Ação – Investimento Social Privado em Educação” com resumos dos conteúdos apresentados na Conferência. Numa busca na internet, não encontramos esse livro disponível.

Apenas dois meses depois, em agosto, ocorre em São Paulo o seminário “Quais as Políticas Educacionais que Realmente Funcionam?”. Todos os quatro palestrantes convidados citados nominalmente no relatório anual – Alan Krueger, José Alexandre Scheinkman, Samuel Pessoa e Naercio Aquino de Menezes Filho – são economistas e “[a] discussão abrangeu desde o retorno do investimento em educação, passando por diferentes formas de mensurar os resultados, até a importância do ensino superior para o desenvolvimento econômico”. Por essa descrição, podemos entender que o que está embutido no termo “funcionar” atribuído à educação é restrito a seu papel na economia.

No relatório de 2007, vemos uma nova forma de atuação da Fundação Lemann para a formação de quadros. Bolsas de estudo são concedidas para que brasileiros possam estudar em universidades americanas, através de dois programas: o Lemann Fellowships e o Swiss International Teacher’s Program (SITP). O SITP patrocinava a ida de professores de língua

inglesa para cursos de aperfeiçoamento desde 2004. O Lemann Fellowship se propunha a custear a ida de brasileiros para Harvard:

O objetivo dessa iniciativa é tornar o setor público brasileiro mais forte e efetivo.

Em 2006, uma doação de 1 milhão de dólares ao Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos da universidade teve o propósito de aumentar as oportunidades de desenvolvimento acadêmico para os brasileiros com alto potencial de se tornarem líderes em seu país. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2007).

Em 2008, a Fundação desenhou e gerenciou o processo seletivo promovido pela Secretaria de Educação do estado do Tocantins, em parceria com a Universidade Positivo, para identificar candidatos com domínio de competências tidas como desejáveis para se tornarem futuros gestores. Além disso, reportam a continuidade das ações de anos anteriores: curso de formação de gestores, bolsas, organização de eventos e destaque para cobertura na mídia. No relatório, exibem a programação de cinco dos sete seminários promovidos no ano. Dos treze apresentadores, uma era a diretora executiva da própria fundação Lemann à época, cinco eram de gestores públicos, dois de órgãos internacionais (Banco Mundial e Preal), dois jornalistas, uma gestora de consultoria multinacional e apenas duas eram creditadas pela formação acadêmica: ambas de Harvard. Uma das palestrantes egressas de Harvard apresentou uma pesquisa encomendada pela Fundação, utilizando as recomendações da McKinsey para avaliar as práticas brasileiras na educação pública. Notamos a ausência da produção científica ou especialistas da universidade pública brasileira.

Em 2010, o texto de abertura oferece um panorama das melhorias na educação brasileira nos anos anteriores e assume o interesse da Fundação Lemann em transformar as práticas e políticas educacionais no país. Destacamos um trecho em que mencionam a formação de quadros que devem liderar essa transformação:

Por meio de diversas parcerias estratégicas com instituições de ensino nos Estados Unidos e na Europa, a Fundação ofereceu a indivíduos de alta capacidade a oportunidade de estudar e realizar pesquisas em alguns dos centros de maior excelência nesta área. Vários destes profissionais já voltaram ao Brasil e estão colaborando, seja no setor público ou privado, com o desenvolvimento da educação brasileira. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2010).

Novamente, sentimos falta de qualquer menção às universidades públicas brasileiras tanto na produção de conteúdos quanto na formação de quadros. O Brasil tem uma longa história de pensamento sobre a educação do próprio país. Nomes como Anísio Teixeira e Paulo Freire são traduzidos e lidos além das nossas fronteiras. Temos, nas universidades, pesquisadores de excelência que investigam o processo de aprendizagem e os fatores – bioquímicos e sociais – que o influenciam. Vivemos num país heterogêneo, marcado não apenas por profundas desigualdades sociais e econômicas, mas por grandes diferenças regionais e culturais. Nos projetos da Fundação Lemann, podemos perceber que a produção de conteúdo e a formação de quadros se dão pelo olhar estrangeiro: seu ponto de partida são práticas e metas estabelecidas internacionalmente. Outra opção possível seria partir dos contextos locais e das condições que limitam a melhoria da educação (CANABRAVA, 2019).

Em 2011, a Fundação Lemann aparentemente passa por uma reestruturação e expõe sua organização em torno de quatro áreas de atuação – inovação, gestão, talentos e pesquisa – que são articuladas para produzir “impacto em escala”. Nota-se mais uma vez que o pensamento que informa e orienta cada um desses eixos é todo estrangeiro:

Algumas das melhores universidades do mundo são parceiras institucionais da Fundação Lemann: Harvard, Stanford, Illinois e

Columbia, por exemplo. Deste relacionamento bastante próximo com o que há de mais avançado no meio acadêmico internacional buscamos extrair fundamentos e novas ideias para cada uma das nossas quatro áreas de atuação. (FUNDAÇÃO LEMANN, 2011).

Nas páginas internas, vemos que a formação de talentos, geração de conhecimento e inovação são todas iniciativas gestadas no exterior e importadas para o Brasil:



Fonte: Relatório Anual Fundação Lemann, 2011.

No *site* da Fundação Lemann, na seção sobre parceiros, existe uma página dentro da seção “Somos” intitulada “Universidades”, que lista como um dos principais impactos: “5 centros brasileiros promovendo pesquisa, oportunidades, e trocas entre o Brasil algumas das melhores universidades do mundo”. O que vemos a seguir é uma lista de sete universidades estrangeiras (seis nos Estados Unidos, uma na Inglaterra), que contam com programas de bolsas ou centros de estudos dedicados, respectivamente, a estudantes e temáticas brasileiras. Ou seja, os centros não são brasileiros. Brasil é objeto de estudo e não é possível saber o que significa essa troca entre o Brasil – país – e as universidades estrangeiras.

Percebe-se, ao longo dos anos de atuação da Fundação Lemann, reiteradamente, o mesmo padrão de parceria internacional em que sistematicamente norte-americanos formam e brasileiros são formados. Trata-se de uma visão colonial onde o centro metropolitano aconselha e orienta os seus agentes satélites, incapazes de formulação, a como pensar e agir em determinado domínio da experiência, neste caso na política pública em uma das áreas mais importantes estrategicamente para o desenvolvimento nacional.

Apesar de não haver, em momento algum, qualquer ação de Lemann direcionada à universidade brasileira, é inegável o efeito destrutivo da simples obliteração do papel dessa instituição no

debate público sobre educação no país. Não existe uma só nação entre as grandes que nos acostumamos a admirar que não tenha pelo menos uma universidade reconhecida e prestigiada. O modelo de reforma educacional para o Brasil proposto por Lemann ignora, contraditoriamente, essa realidade cosmopolita.

Todo o esforço empenhado – tanto na Fundação Lemann quanto na Fundação Estudar – vai no sentido de propagar a ideia de que para se tornar um “talento”, uma “liderança”, é necessário ser formado fora do país. Não fazemos objeção alguma à formação de quadros no exterior. A experiência pode ser, de fato, enriquecedora. Porém, discordamos de que seja tratado como obrigatoriedade para o que se chama de “talento”, para a produção de saber e para a inovação. Não vemos, em nenhum momento do discurso, qualquer reflexão ou fala que contraste os aspectos em que o contexto brasileiro difira do vivenciado no exterior. O discurso calcado na técnica esconde especificidades locais (CANABRAVA, 2019).

Aparentemente, Lemann não acredita que inovação alguma possa de fato surgir no Brasil e que devemos nos limitar a importar soluções estrangeiras. As características locais mencionadas sempre aparecem como obstáculos à implementação do projeto. Não há em lugar algum qualquer reconhecimento do pensar brasileiro ou da cultura brasileira que possa vir a servir de solução para nossos problemas educacionais. Mesmo aceitando a régua Lemann de resultados desejáveis, discordamos da visão de que se, até hoje, tais pensamentos, cultura e processos históricos ainda não nos tenham trazido à posição que gostaríamos de estar, isso seria um indício de que nunca trarão. Concordamos que os marcos almejados – melhoria em provas de matemática e português – são condições necessárias, porém acreditamos serem insuficientes, para o nosso avanço enquanto nação soberana. Precisamos de um projeto educacional que também estimule nossos futuros cidadãos a compreenderem e questionarem o papel do Brasil no mundo, valorizando a dimensão positiva de nossa cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos mais celebrados da globalização é o encurtamento, muitas vezes radical, da distância entre o local e o universal, entre a vanguarda e a retaguarda. O compartilhamento de problemas educacionais no ensino médio da Alemanha e do Brasil, por exemplo, deve ser percebido como uma oportunidade para que os dois países busquem juntos soluções para seus problemas desafiadores neste campo e não para quem não sabe como enfrentar seus desafios, apesar de ostentar a condição de nação desenvolvida, “ensinar” ao país subdesenvolvido que enfrenta desafios semelhantes impostos pelas novas formas de relacionar educação e economia.

A abertura de espírito para o aprendizado e cultivo civilizatório não pode conviver nem com a postura autárquica oriunda de um sentimento nativista, nem com a posição derivada do colonialismo mental, que toma como natural os estágios distintos num contínuo de desenvolvimento tecnológico numa ordem econômica caracterizada por constante transformação. No Brasil, a maioria da elite e da classe média sempre se deixou fascinar pelos modelos estrangeiros. A consequência desse sentimento colonial é uma constante pergunta: “Por que não somos parecidos com os EUA, a Inglaterra ou a França?” A resposta inadequada, expressa, por exemplo, pela posição da Fundação Lemann, é a de que não copiamos bem as experiências que tomamos como referência.

O problema desta resposta é óbvio: os países que admiramos por ostentarem padrões que almejamos não se construíram copiando outros países, mas construindo suas próprias soluções, através da dialética entre o aprendizado e a inovação. Fizeram as “roupas” que melhor podiam vesti-los e descartaram o uso de roupas emprestadas. A estratégia de desenvolvimento educacional brasileira não pode prescindir da “internalização dos centros decisórios”, para usarmos expressão famosa do economista Celso Furtado. Mas se a disposição para tal construção deve descartar o colonialismo mental, não deve usar o discurso das especificidades culturais brasileiras para encobrir a realidade trágica de nossa educação, dominada entre outros males pelo corporativismo, que se aproveita da natureza difusa do beneficiamento dos destinatários da transformação educacional para defender o *status quo*, com apoio de agentes políticos que em tese aspiram mudanças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 1 set. 2019.
- CANABRAVA, Bruna Werneck. *O projeto Lemann e a educação brasileira: da filantropia à cooptação?* 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019.
- CORREA, Cristiane. *Sonho grande*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2013.
- FORBES. #35 Jorge Paulo Lemann & family. *Forbes* [online], 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/jorge-paulo-lemann/#5d184b6065f7>>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- FUNDAÇÃO ESTUDAR. Site Institucional, [s.d.]. Site Institucional da Fundação Estudar. Disponível em: <<https://www.estudar.org.br/>>. Acesso em: 1 set. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Site Institucional, [s.d.]. Site Institucional da Fundação Lemann. Disponível em: <<http://www.fundacaolemann.org.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2004. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2004>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2005. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2005>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2006. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2006>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2007. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2007>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2008. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2008>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2010. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2010>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Relatório Anual. 2011. Disponível em: < <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2011>>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental: Repensar e Reorganizar o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.